



APÓS FORTE PRESSÃO POPULAR, A CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU A ISÊNÇÃO DE IRPF PARA QUEM GANHA ATÉ 5 MIL REAIS E A TAXAÇÃO EM ATÉ 10% PARA QUEM GANHA ACIMA DE 50 MIL

Ontem, depois de muita pressão popular, a Câmara do Deputados, ainda maculada pela aprovação da PEC da Blindagem, aprovou a isenção do Imposto de Renda (IRPF) para os trabalhadores com rendimentos de até 5 mil reais e diminuiu a alíquota para os que ganham até 7.350 reais. Ao mesmo tempo, aprovou a taxação em até 10% para os segmentos de renda acima de 50 mil reais por mês. Essa mudança na legislação representa um pequeno avanço na correção de uma estrutura tributária profundamente desequilibrada (cobra muito dos salários dos trabalhadores e pouco dos recebedores de outras fontes de rendimento – dividendos, lucros, rendas imobiliárias etc.) e pode induzir a uma pequena redução das desigualdades sociais no Brasil.

Embora a proposta traga benefícios, ela apresenta limitações estruturais relevantes. Entre elas, destaca-se a ausência de garantia de correção anual do valor de isenção pela inflação, o que pode acarretar recorrência do problema em exercícios futuros. Outra é o próprio limite de 10% para as faixas de renda mais elevadas, que ainda mantém o Brasil como um dos países que menos cobram impostos sobre essas faixas de renda. Em comparação, países como Suécia e Noruega, reconhecidos por suas políticas de redução das desigualdades, aplicam alíquotas superiores a 50% sobre altas rendas, evidenciando potencial para avanços na legislação tributária brasileira.

Enfim, a isenção do IRPF para os pobres e a taxação limitada para os ricos são avanços simbólicos e práticos, mas são incapazes de transformar radicalmente a realidade brasileira, visto que a supressão das desigualdades exige transformações econômicas, sociais e políticas muito mais profundas.

Filie-se ao SindiprolAduel pelo QR Code abaixo!

